

Mesa surpreende relatores ao não conceder novo prazo

BRASÍLIA — Os relatores das subcomissões da Constituinte, que esperavam ter mais três dias para apresentar seus pareceres, foram surpreendidos com a decisão da Mesa, que não concedeu dilatação de prazo. O resultado foi a convocação de reuniões das subcomissões para a noite e o congestionamento da Secretaria-Geral, onde os funcionários ficaram de plantão para receber as propostas que irão para as comissões temáticas.

Às 18h, só dois relatores tinham entregue seus pareceres: o senador José Fogaça (PMDB-RS), da Subcomissão do Poder Executivo, e o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), da Subcomissão dos Municípios e Regiões. Pouco depois,

saiu o parecer do relator da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Em todas as salas das subcomissões, grupos de funcionários se revezavam na montagem dos pareceres, que depois iriam aos presidentes para o encaminhamento à secretaria-geral da Constituinte. A partir de hoje, começa o trabalho de discussão e votação de emendas aos relatórios das subcomissões. Até o dia 19, os constituintes poderão apresentar emendas. Depois, os relatores terão três dias para submeter à votação o parecer final. No dia 24 começará uma nova fase da Constituinte: a discussão nas oito comissões temáticas.

Muita sugestão ficou só no papel

Nenhum deles admite, mas a maioria dos relatores das 24 subcomissões deixou de ler grande parte das sugestões ao texto constitucional encaminhadas, segundo seus assessores. A verdade é que o prazo para os relatores elaborarem seus pareceres, acompanhados de anteprojeto, foi considerado irracional.

O período regimental para que esses trabalhos fossem apresentados pelos relatores acabou ontem. Para dar conta do prazo, dedicaram todo o fim de semana à tarefa de ler, analisar e escrever. Até sábado passado, cada um deles ainda recebeu centenas de sugestões — a maioria ignorada por absoluta falta de tempo.

O fato é que os constituintes tiveram prazo até a última quarta-feira para enviar sugestões à Mesa. Mas o maior volume apareceu de última hora. Das 9 mil 456 propostas, cerca de seis mil chegaram nos últimos dois dias, e a equipe de 15 pessoas responsável por sua seleção, ligada à secretaria-geral da Constituinte, trabalhou três noites consecutivas para lê-las e analisá-las. Resultado: as sugestões foram acumuladas e entregues até sábado aos relatores.

Proposta favorece contribuinte

As propostas aprovadas pelo relator da Subcomissão de Finanças, deputado Fernando Coelho (PMDB-RJ), fortalecem estados e municípios, beneficiam as regiões mais carentes e dão mais garantias ao contribuinte. No seu conjunto, as propostas apresentam uma reorientação dos mecanismos de arrecadação de impostos e de definição de recursos.

Uma das propostas principais incluídas no relatório determina que a alíquota e a base de cálculo do Imposto de Renda devem ser fixadas em lei antes do início do período em que o contribuinte — pessoa física ou jurídica — auferir renda. Outra proposta do relatório é o aumento do percentual do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos

Estes, por sua vez, não conseguiram esticar o prazo para finalizar seus relatórios. A solução, agora, é que os constituintes reapresentem suas sugestões em forma de emendas, que serão discutidas e votadas pelos membros das subcomissões.

Nem o próprio presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi poupado da sobrecarga de trabalho. Era ele quem decidia para qual subcomissão iam as sugestões que chegavam à Mesa e as encaminhava, através de ofício. Na última sexta-feira, despachou até as 24 horas, em sua casa, para remeter o último lote.

Segundo o coordenador da equipe que selecionou as propostas, Mozart Viana de Paiva, o deputado Ulysses Guimarães lia todas elas, antes de liberar. A subcomissão que mais recebeu sugestões foi a dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, da Comissão da Ordem Social: cerca de 1 mil 500. Assim como a apresentação das sugestões, a entrega dos pareceres dos relatores também ficou para a última hora, ou seja, ontem à noite.

Municípios, calculados com base no ICM. A primeira medida favorece principalmente as regiões Norte e Nordeste, enquanto a segunda beneficia todos os municípios do país.

A criação de empréstimos compulsórios, de acordo com o relatório, fica condicionada a casos de calamidade pública, depois de aprovada por maioria no Congresso. Os privilégios de parlamentares, militares e magistrados devem acabar, pois qualquer ganho seria taxado, diferente do que ocorre hoje, quando os tributos só incidem sobre ganhos fixos reduzidos. As microempresas devem ter, conforme relatório, tratamento privilegiado, pois não estariam mais sujeitas aos impostos federais e estaduais.

Sugestão redefine empresas

Os mais diferentes tipos de empresas — privadas nacionais ou estrangeiras, estatais, companhias de propriedade coletiva, associações e cooperativas — passarão a conviver pacificamente, caso aprovado o anteprojeto preparado pelo relator da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, deputado Virgildácio Sena (PMDB-BA).

Todas as empresas foram caracterizadas como "agentes produtivos", maneira que Sena encontrou para livrar-se tanto das pressões estatizantes como das privatizantes, deixando que a sociedade decida como organizar a produção econômica.

"O anteprojeto pode ser considerado pluralista e democrático", afirma o deputado, que à tarde isolou-se no Prodasen, centro de processamento de dados do Senado, para concluir o texto que pretende apresentar hoje de manhã. "Eu o preparei desta maneira por acreditar que não existe nada mais revolucionário do que a democracia."

O capítulo da Ordem Econômica elaborado por Sena terá, no máximo, 20 artigos. Um deles dá elasticidade à futura Constituição, para permitir que, no futuro, os políticos possam enfrentar situações que exijam definições sobre a organização da economia. "A lei", diz o artigo, "poderá definir no interesse nacional os setores

vedados à atividade de empresas estrangeiras e empresas privadas nacionais, e criar e extinguir monopólios."

Através dessa definição constitucional, o Congresso é que decidirá, quando necessário, que setores da economia estarão sujeitos a reservas de mercado. Além disso, caberá aos deputados e senadores autorizar a criação ou extinção de empresas.

Segundo o anteprojeto de Sena, o subsolo passa a ser propriedade da União. Todas as concessões de lavra mineral feita pelo governo darão à empresa beneficiada o prazo de três anos para operar comercialmente. Caso contrário, a concessão caduca.

A proposta institui o monopólio estatal da lavra, da industrialização e do comércio de minerais radioativos e reforça o da produção de petróleo. Os contratos de risco são admitidos, mas o governo só pode pagar as empresas estrangeiras em dinheiro — não com óleo ou gás.

As águas tornam-se propriedade do poder público. "Hoje em dia, quando retira um metro cúbico de água potável dos rios, o homem devolve 20 metros cúbicos de água poluída", justifica Sena. "A água então fica cada vez mais escassa, e sua utilização precisa ser tutelada."

Carta verá índios como nação

O negro e o homossexual não mais poderão ser discriminados, e os índios passam a ser considerados uma nação. A história da raça negra no Brasil será contada nas escolas, e Zumbi dos Palmares será o mais novo herói nacional. Sem autorização prévia das populações indígenas ninguém poderá explorar as riquezas naturais e minerais existentes em seus territórios, que estarão demarcados, no máximo, em seis anos. Os deficientes físicos e mentais que não puderem trabalhar ser tutelados pelo estado, e a todas as etnias a nova constituição vai assegurar seus direitos.

O perfil do novo cidadão brasileiro, previsto no anteprojeto constitucional do relator da Subcomissão de Minorias, deputado Alceni Guerra (PFL-PR), teve aprovação irrestrita dos parlamentares da subcomissão, que consideram "brilhante" o trabalho na primeira avaliação informal de seu relatório. "Extremamente progressista. Ele soube transpor para o papel todas as aspirações da população, aqui representadas", elogiou o antropólogo e deputado José Carlos Saboi (PMDB-MA).

Pequenos acertos — Não foi surpresa, para nenhum dos parlamentares o resultado inicial do trabalho de Alceni Guerra. Durante toda a fase de audiências públicas, o relator acompanhou os depoimentos e pediu auxílio dos deputados engajados em alguns dos movimentos sociais — como a deputada Benedita da Silva, (PT-RJ), com os negros, José Carlos Uboi, com os índios. E o presidente da subcomissão, deputado Ivo Lech (PMDB-RS), com os deficientes físicos — para a elaboração de seu

relatório. "Está muito bom, quase perfeito", comentou Jorge Terena, assessor de coordenação de trabalhos indígenas (irmão do ex-candidato pelo PDT à Câmara, Marcos Terena, líder indígena), após ouvir a leitura do esboço elaborado pelo relator.

Dividido em quatro partes (negros, populações indígenas, deficientes físicos e mentais, e minorias), o relatório só recebeu "pequenas críticas" em pontos já considerados polêmicos. Mesmo assim, a discordância baseou-se em prazos — como no caso da demarcação dos territórios indígenas — ou em artigos, que não deixam previamente assegurada a existência de uma legislação ordinária. Para a demarcação das terras indígenas, Alceni Guerra prevê um prazo de seis anos, quando José Carlos Saboi e Benedita da Silva pleiteiam, no máximo, dois.

Benedita também fez outra ressalva. Não está garantida, no esboço do relator, a questão da isonomia racial. A deputada do PT quer ver na Constituição um artigo assegurando aos negros 60% das vagas em escolas e locais de trabalho. O relator, no entanto, acredita que é suficiente a garantia de isonomia nos casos de discriminação racial confirmada. Só a União poderá explorar o solo e o subsolo em territórios indígenas, e, mesmo assim, com autorização prévia da comunidade afetada e aval do Congresso Nacional.

Jorge Terena ficou "extremamente satisfeito" com o avanço do relator, mas teme que esse "progressismo das minorias" caia na Comissão de Sistematização.

Editorial Fatura sem Pagadores



Ulysses e Afonso Arinos (D) foram à abertura do seminário

Legitimidade preocupa professor

Arquivo — 14/8/82

BRASÍLIA — O historiador Juan Linz, da Universidade de Yale, acha que a constituinte "é um marco para que as decisões passem a ser legítimas". Ele foi o primeiro expositor do Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia, promovido pelo Ministério do Planejamento com participação de constituintes e convidados do exterior.

Discutindo conceitos como legitimidade — "cuja fonte básica são as eleições", estabilidade e sistema democrático, Linz fez um histórico da elaboração da constituição espanhola, produto de amplo pacto social. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, presidiu a mesa dos trabalhos e o outro expositor foi o senador Afonso Arinos (PFL-RJ). O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, assistiu à abertura do seminário.

Linz assinalou que na Espanha a democracia é considerada o melhor sistema de governo pela maioria, embora grande parte da população tenha sensibilidade para perceber que há problemas insolúveis para os políticos. "Mesmo quando acham que o sistema democrático não está funcionando, as pessoas continuam acreditando no regime democrático", afirmou.

Em sua opinião, a Constituição espanhola é um exemplo da busca de soluções democráticas e do consenso. Destacou que, apesar da guerra civil, que durou de 1936 a 1939, e das divisões econômicas, e sociais, a Espanha soube buscar pontos de entendimento. "O acordo às vezes era desacordo, mas as idéias de todos acabaram sendo de todos, porque se obteve o consenso."

O historiador disse que a Constituinte espanhola foi parte da transição e lembrou, bem-humorado, os acordos feitos às escondidas da imprensa e até o atraso no relógio, com decretação de um repentinamente horário de verão, para que o estatuto dos bascos pudesse ser aprovado. "Os políticos são os únicos responsáveis pela busca desse acordo", elogiou, lembrando que a Constituição da Espanha foi aprovada por 365 votos no Parlamento — houve apenas seis votos



Juan Linz, primeiro expositor

contrários e 14 abstenções — e referendada por 87% do eleitorado em plebiscito. "Todo mundo se sente responsável quando o acordo é resultado da participação de todos", concluiu.

O senador Afonso Arinos falou sobre os direitos humanos — "que deixaram de ser individuais e passaram a ser do cidadão". Fez sucesso, contudo, quando lembrou que a Constituição americana não teve participação dos militares, enquanto as nações latinas dependem de suas forças armadas para realizarem quaisquer conquistas sociais e políticas. Mas acrescentou que os constituintes brasileiros "têm como tarefa a obrigação de reconstruir a sociedade sem a tutela dos militares". Arinos está confiante: "Nós vamos fazer alguma coisa de novo, com a Constituinte brasileira, em toda a América Latina, porque vamos mudar o sistema político do país."

Brizola diz que Leônidas fez advertência a Sarney

O ex-governador Leonel Brizola disse achar que o general Leônidas Pires Gonçalves fez uma advertência ao presidente Sarney — que, na opinião de Brizola, se recusa a deixar o poder —, quando pediu que "as ambições pessoais" fossem deixadas de lado em nome da "união nacional". Brizola, por sua vez, criticou o governador Orestes Quêrcia, por defender seis anos de mandato para o presidente. Ele considerou "casuismo" a adoção do parlamentarismo no país.

Ele desembarcou no final da tarde, ontem, nesta capital, pedindo eleições diretas para presidente a 15 de novembro do próximo ano, mas confessou-se preocupado com a situação brasileira e, em tom grave, disse: "A continuar essa

crise, pode ser que acidentes de percurso façam com que não cheguemos até lá".

"Há 40 anos acompanho a vida política brasileira e não vi crise igual," disse. A situação em 1964 não era nada em vista de hoje. Quando a inflação chegou a esses níveis atuais?"

O ministro do Exército, segundo avalia Brizola, "tem toda razão em preocupar-se, porque a situação é realmente ameaçadora. Nesse andar das coisas, qualquer dia vamos cair numa situação tão grave que nenhuma autoridade vai querer pagar o preço do restabelecimento da ordem pública".

"O general", considerou Brizola, "fez uma advertência, inclusive ao presidente da República, para que tenhamos cuidado, para que não se continue forçando certas situações".

O país, na opinião do general

Ele já defendeu "a nacionalização" do clero brasileiro, preocupado com a excessiva, a seu ver, "presença estrangeira usando batina" na Amazônia (27/10/80); já se colocou ao lado da liberdade de imprensa, "necessária para que haja uma vigilância crítica", mesmo advertindo para "a alta responsabilidade" que, na sua opinião, o exercício da liberdade envolve (10/8/85). Já disse que a Nova República — quando se preparava para dela participar diretamente como ministro — não significava o fim do regime militar instalado após o golpe de 64, mas, ao contrário, sua "eternização" (8/3/85). Já disse que a Constituinte não deve alterar as funções ora atribuídas às Forças Armadas (30/5/85) e que "o papel dos militares a ser definido pela Constituição deve ser o mesmo que vem sendo mantido desde a Carta Magna de 1891: a defesa da pátria, a manutenção da ordem e da lei".

Quando era comandante militar, o ministro do Exército tinha a fama de arisco com a imprensa e inimigo de declarações. Ministro da Nova República, mudou tão radicalmente que quase não houve assunto desde então que ele não comentasse. Aliás, como prometera em março de 1985, ainda candidato a ministro mas já falando como tal: "Acho que uma das facetas de um ministro do Exército é a faceta política".

O ministro não se fez de rogado. Já desmentiu boatos de golpe (como em 19/12/85, quando garantiu que Exército, a Marinha e a Aeronáutica tinham confiança nos rumos traçados pelo governo da Nova República), se meteu na sucessão (considerou "casuismo" o restabelecimento das eleições diretas para presidente, 28/3/85), disse que o país desejava um regime democrático (27/8/85), manifestou-se contra as diretas em 1986 (17/12/85), pediu a união de todos os brasileiros em busca "do pleno desenvolvimento e do progresso material e social"

(19/12/85) e achou "imprudente" reduzir o mandato do presidente Sarney.

Leônidas defendeu até seu próprio direito de falar: "Sou militar, mas tenho uma faceta política e é um direito meu usá-la", declarou a 1º de março de 1986. "Procuro inclusive fazer isso com muita parcimônia, mas é um direito do qual eu não abro mão".

"Segurança nacional é um conceito e não uma ideologia", escreveu o general em mensagem publicada na revista *Verde Oliva*, de seu gabinete, em dezembro de 1986. "Garantir (...) a lei e a ordem", prossegue a mensagem, "significa assegurar o pleno funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário". Ainda no final do ano passado, declarou que os militares estariam presentes nos trabalhos constitucionais, tão presentes quanto, disse ele, na eventualidade de outro "badernaço" como o de Brasília ou outra greve geral, já que compete às Forças Armadas "a manutenção da ordem interna".

Nos primeiros dias de janeiro, com a população ainda sentindo o abalo do Cruzado II, o general Leônidas Pires Gonçalves alertou a imprensa contra "a síndrome da catástrofe": "Não se deve ficar pintando com cores tão negras os horizontes do Brasil", declarou. Semanas depois, desafiava a CUT a tentar nova greve geral, como a de dezembro, ao mesmo tempo em que pedia união nacional para superar os problemas nacionais. Duas semanas após a instalação da Constituinte, comentando a constatação de assessores militares de que os partidos políticos de esquerda tinham maior articulação que as organizações de direita, o aviso: "Nós já detetamos que existem entre 60 a 80 parlamentares que estão aí (na Constituinte) para construir": os outros estariam lá para destruir.